

Processo : 242747-9/19
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : MURILO SANCHES RODRIGUES
Observação : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**, relativa ao exercício de 2018.

1 – DA ÚLTIMA DECISÃO

Em decisão monocrática, datada de **09/01/2023**, proferida pelo Conselheiro Substituto, Sr. Christiano Lacerda Ghuerrén, foi decidido (fls. 462-469):

I – Pelo CANCELAMENTO do CERTIFICADO DE REVELIA
n.º 528/2022;

II – Pela COMUNICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 26 c/c art. 34-A do Regimento Interno deste Tribunal, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, contados da ciência da presente decisão plenária, apresente os documentos e esclarecimentos discriminados no Relatório deste Voto, alertando-o para o que prevê o artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte.

2 – DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

A decisão aludida foi materializada por intermédio do Ofício a seguir elencado:

OFÍCIO PRS/SSE/CGC	DESTINATÁRIO	FORMA DE RECEBIMENTO	DATA DE RECEBIMENTO	RESPOSTA DOC. TCE-RJ N.º
384/2023 (fl.471)	Murilo Sanches Rodrigues	MÃO PRÓPRIA	24/01/2023	002.746-2/2023 002.748-0/2023 002.744-4/2023 (fls. 473-570)

3 – DO ATENDIMENTO À DECISÃO PLENÁRIA

RESPOSTA: conforme expediente sem número, anexado às fls. 515 e 510 (anexado também às fls. 518, 520, 569-570), datado de 07/02/2023, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues informa o seguinte (excertos):

[...]

Inicialmente, necessito esclarecer alguns aspectos. Em face de haver constatado uma série de inconsistências/irregularidades na contabilidade do Instituto, iniciei em meados de 2019 um processo de reestruturação e de ajustes em todos os procedimentos contábeis que, inclusive, retrocederam ao exercício de 2018. A citada reestruturação incluiu as seguintes ações (todas concluídas):

- Análise e mapeamento dos controles internos e levantamento das principais fragilidades e inconsistências;

- Implantação de transferência de saldos contábeis- IPC-00;

- Transferência de saldos contábeis e controle de restos a pagar- IPC-01; Implantação do Plano de Contas Estendido

- IPC-00, Anexo II a ser adotado obrigatoriamente para o Exercício de 2018;

-Instalação de novo sistema contábil; Input do quadro de detalhamento da Receita e da Despesa LOA 2018; Execução do Orçamento e escrituração contábil;

- Input do quadro de detalhamento da Receita e da Despesa LOA 2018; Execução do Orçamento e escrituração contábil;

- Levantamento das Demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Contábeis e notas Explicativas;

- Elaboração de processo de prestação de contas e envio à Secretaria Municipal de controle Interno;

- Elaboração e transmissão dos informes mensais, movimentação financeira e LRF para o SIGFISTCR-RJ;

-Elaboração e transmissão da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2018 para o TCE-RJ.

Em decorrência dessa reestruturação contábil os arquivos relativos às duas últimas etapas foram transmitidos de forma intempestiva ao TCE-RJ em novembro de 2019.

Voltando às análises do TCE-RJ (processo supracitado), verifiquei que elas não foram elaboradas com base na Prestação de Contas encaminhada por mim em (sic!). Provavelmente, o gestor que me sucedeu deve ter encaminhado a este Órgão nova Prestação de Contas, ou seja, elaborada pelo Instituto após minha saída.

Seguem em anexo os arquivos da Prestação de Contas 2018 encaminhado por mim em novembro de 2019

ANÁLISE: verifica-se que o implicado alega, em síntese, que não havia encaminhado os documentos inicialmente analisados, inferindo-se que os documentos enviados nesta oportunidade (fls. 473 e 475-518, 520-570) são os corretos.

Ocorre que a análise inicial pautou-se nos documentos anexados às fls. 180-194, extraídos da PCGOV 2018, por entender que esta apresentava dados mais consistentes, não tendo sido considerados os documentos inicialmente encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, o que discorreremos mais pormenorizadamente em momento oportuno.

Nada obstante, considerando que foram reencaminhados, nesta oportunidade, os documentos contábeis e extracontábeis (fls. 473 e 475-518, 520-570), necessário se faz efetuar o confronto de tais documentos encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues com os inicialmente encaminhados (fls. 02-179), conforme quadro a seguir:

Fls.	Documento encaminhado	Documento comparativo (documentos já enviados e analisados em instruções pretéritas)	observação	Objeto de solicitação (sim/não)
473	Demonstrativo das Contribuições Repassadas dos Segurados do RPPS por unidade Gestora	Demonstrativo de fl. 86	idêntico	Não
475	Anexo 10	Anexo 10 de fl. 17	Idêntico	Não
476-479	Modelo 2 - Quadro I Débitos não contabilizados	Quadro I de fls. 34-37 e Quadro I de fls. 274-277) (ausência do <u>Quadro Principal</u>).	Idêntico ao Quadro de fls. 34-37 ⁽¹⁾	Não
480-485	Nota explicativa	Nota explicativa de fl. 25-30	Idêntico	Não
487-490	Modelo 2 – Quadro II (créditos não contabilizados)	Quadro II de fls. 278-282 (este com informações mais detalhadas)	<u>Não</u> aditou nova informação relevante	Não
491	Modelo 18 (demonstrativo das Compensações. Financeiras)	Declaração de fl. 331, analisada (item 14 da instrução de 04/11/2021, fl. 379)	Informação compatível	Não
492-502	Balancete Contábil	Balancete de fls. 06-16	Idêntico	Não
503	Declaração do Responsável pelo Setor Contábil	Declaração de fl. 341 (esta última mais detalhada)	<u>Não</u> aditou nova informação relevante	Não
504	Demonstrativo da base de cálculo		Dados divergentes	Não

507	para fins da taxa de Adm e Demonstrativo do Limite de despesas Administrativas do RPPS	Demonstrativos de fls. 329/330	(2)	
506	Modelo 7 (demonstrativo responsabilidades não regularizadas)	Modelo 7, fl. 50	Idêntico	Não
505, 508, 511, 516-517, 522, 524, 526-527, 529	Demonstrativos contábeis diversos	BF - fl. 22 BO - fl. 22 BP - fl. 23 Anexo 11 - fls. 18-19 DVP - fl. 20 DFC - fl. 24 Anexo 17 - fls. 31-32 Anexo 16 – fl. 33	Idênticos ao inicialmente encaminhados, contudo divergentes dos demonstrativos extraídos da pcgov 2019, fls. 180-194) que embasou a análise inicial e de fls. 228-273, que embasou a 2ª análise.	Não
509	Relação UG's Contribuintes do RPPS	Relação UG'S fl. 324	Divergente. A última relação exclui FMS e FME e inclui o Mesquitaprev <u>Não</u> adita novas informações significativas	Não
512-514	Demonstrativo das Contribuições Devidas e Repassadas dos Segurados do RPPS por UG	Fl. 84-85	idêntico	Não
521	Demonstrativo das Contribuições Devidas e Repassadas dos Segurados do RPPS - Consolidado	Fl. 86	idêntico	Não
523	Demonstrativo das contribuições não pagas e não incluídas em parcelamento.	--	<u>Não</u> consta do rol dos documentos a ser encaminhados	Não
525	Demonstrativo ref. Termo de Parcelamento	Fl. 138. Obs. Não constitui escopo de análise nestas contas.	idêntico	Não
528	Demonstrativo das transferências Recebidas para cobertura do <i>deficit</i> atuarial	Fl. 139 Declaração de fl. 325	idêntico	Não
530	Demonstrativo das transferências Recebidas para cobertura do <i>deficit</i> Financeiro	168 Declaração de fl. 326	Idêntico	Não

531-562	Leis do Instituto	51-82	Informações meramente complementares, não passíveis de análise específica	Não
563-564	Demonstrativos dos Investimentos Mantidos pelo RPPS	Fls. 87-88 Fls. 327-328	idêntico	Sim (item 3 dos questionamentos, porém não saneou o questionamento)
565-568	Cadastro dos responsáveis	02-05 224-227	Divergência ⁽³⁾	Não

- (1) Os Quadros de fls. 274-277 encontram-se mais completos, pois evidenciam os débitos em 31/12 e sua regularização em 2019.
- (2) Verifica-se que os modelos 12 e 13 encaminhados (intitulados equivocadamente como modelo 16 e modelo 17), às fls. 504 e 507, foram retificados. Destaca-se que os demonstrativos de fls. 329-330 foram analisados na instrução de 04/11/2021. No tocante aos demonstrativos ora encaminhados, constata-se do Anexo 11 (fls. 18/19), que o total das despesas administrativas empenhadas/realizadas foi de **R\$715.895,82**, encontrando-se mais próximo do informado neste último modelo encaminhado de fl. 504, de **R\$675.525,10** (divergente em R\$40.370,72, que corresponde a despesa na rubrica “Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica”, constante do Anexo 11, não considerada neste último modelo). Portanto, com base no Anexo 11, consideramos válida a despesa administrativa no montante de **R\$715.895,82, encontrando-se, portanto, dentro do limite das despesas administrativas apontado à fl. 504, de R\$1.317,214,76.**
- (3) divergência no cadastro do responsável pelo setor contábil (fl. 224-227), que informa a Sr.ª Mônica F. Santana Rodrigues, no período de 01/01/2018 a 31/07/2018, e Eliel Fernandes, no período de 01/08/2018 a 31/12/2018, em confronto o cadastro de fls. 567 e 04, que informa a Sr.ª. Vanessa Dias Quirino, contudo sem especificar o seu período na função. Portanto, consideramos como correto o cadastro de fl. 224/227, que informa os responsáveis pelo setor contábil no exercício de 2018, Sr.ª Mônica F. S. Rodrigues e Sr. Eliel Fernandes da Silva (informação ratificada pela Nota Explicativa de fl. 258).

Com base no Quadro Comparativo elaborado acima, verifica-se que os **documentos extracontábeis** ora encaminhados são, em sua grande maioria, cópias daqueles inicialmente encaminhados, com exceção dos documentos de fls. 487-490, 503 e 509, que apresentam informações mais detalhadas que, no entanto, não alteram o mérito das análises efetuadas até o momento, com relação a tais documentos extracontábeis.

Outrossim, os únicos demonstrativos que apresentam informações novas, a saber, os demonstrativos de fls. 504 e 507, não evidenciaram impropriedades/irregularidades, conforme discriminado na **nota 2** constante do Quadro.

Em suma, os **documentos extracontábeis** (pareceres, relatórios e demonstrativos extracontábeis) ora encaminhados **não** atendem aos questionamentos suscitados constantes dos **itens 1 a 6** (documentos) pendentes e aos **itens 1 e 3** (esclarecimentos).

No tocante ao envio dos **demonstrativos contábeis**, que afeta a análise do **item 2 (esclarecimentos)**, **subitens 2.1 a 2.6**, cabe tecermos os seguintes comentários:

Verifica-se que os demonstrativos contábeis encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do MESQUITAPREV em 2018, constantes das fls. 505, 508, 511, 516-517, 522, 524, 526-527, 529, haviam sido encaminhados inicialmente (conforme fls. 06-33 e apontado no quadro comparativo). Contudo, constatou-se que estes apresentavam inconsistências, conforme instrução inicial de fls. 11/08/2020 (fl. 199), razão pela qual recorreu-se aos demonstrativos do MESQUITAPREV encaminhados na Prestação de Contas de Governo de 2018 (processo TCE-RJ n.º 210.128-7/2019), os quais foram anexados às fls. 180-194, sendo as análises iniciais efetuadas com base nestes últimos demonstrativos.

Após a análise com base nos documentos extraídos da PCGOV, os questionamentos suscitados na instrução de **11/08/2020** foram efetuados mediante OFÍCIO SANEADOR PRS/SSE/CGC 2091/2020 (fl. 220).

Em resposta, o Sr. Leandro Machado Ferreira, Diretor Presidente do MESQUITAPREV em 2020, encaminhou, dentre outros documentos, os **demonstrativos contábeis anexados às fls. 228-273**, assinados por este e pela Sr.^a Renata Reis Alves, Analista Contábil (sem identificação de CRC). Tais demonstrativos contábeis, **ratificaram** a maioria dos saldos evidenciados nos demonstrativos de fls. 180/194 (extraídos da PCGOV e considerados na análise inicial), porém também apresentaram algumas inconsistências, e ainda, divergências com aqueles inicialmente considerados, apontadas na **instrução de 04/11/2021** (fls. 367-388), mormente no Balanço Financeiro (divergências nas contas de interferências financeiras, resultando em novo saldo das disponibilidades apurado, discorrido no item 2 da instrução retrocitada) e, no tocante ao Balanço Patrimonial (inconsistências nos valores da coluna 'exercício anterior' com o verificado no Balanço Patrimonial de 2017, bem como divergências de registros entre o Balanço Patrimonial e a DVP e na apuração do PL e do saldo patrimonial, conforme apontado às fls. 371-374 da instrução, ensejando os questionamentos constantes do item 2 (subitens 2.1 a 2.6), objeto da presente análise.

Cabe ainda pontuar as seguintes informações prestadas pelos Srs. Leandro Machado Ferreira (gestor do Instituto em 2020) e pela Sr.^a Renata Reis Alves, (Analista Contábil do MESQUITAPREV em 2020), conforme Nota Explicativa de fls. 258-259, 264 e 268/269:

Em meio a pandemia, o atual gestor do Instituto assumiu a pasta em 17 de março de 2020, após a exoneração da maioria dos servidores cedidos, inclusive o contador. Apesar das dificuldades administrativas encontradas, por não ter acesso ao Instituto que fica em um espaço alugado no Fórum de Mesquita e por este ter permanecido fechado por cinco meses, estamos nos esforçando para manter em dia as tarefas rotineiras da contabilidade e responder em tempo os questionamentos deste Tribunal .

O servidor Eliel Fernandes da Silva, Técnico em Contabilidade, funcionário de carreira da Prefeitura Municipal de Mesquita, assumiu o controle da Contabilidade deste Instituto em agosto de 2018, após exoneração da servidora Mônica Felipe Santana Rodrigues, Analista Contábil e de Controle Interno, também funcionária de carreira, ambos dividiram a gerência da contabilidade no exercício de 2018, cada um por um período.

Pelo que pude observar nos registros contábeis, em julho de 2018, durante as férias da servidora Mônica começaram as diferenças entre os saldos bancário e contábil, no item 5.1 detalharei as diferenças encontradas em cada conta.

[...]

3.1 – Os Demonstrativos Contábeis foram extraídos do Sistema Modernização Pública e serão assinados por mim, Renata Reis Alves, Contabilista deste Instituto e pelo atual Diretor Presidente, Sr. Leandro Machado Ferreira pois o Técnico em Contabilidade, Sr. Eliel Fernandes da Silva que esteve a frente da contabilidade deste instituto até o dia 05 de março de 2020, se recusou a prestar qualquer esclarecimento, atribuindo toda a responsabilidade dos registros contábeis a empresa de consultoria contábil que atuou neste instituto no ano de 2019.

[...]

11 – DOS INVESTIMENTOS

11.1 – Foram constatados erros de lançamento das receitas e despesas, conforme planilha abaixo:

FUNDOS DE INVESTIMENTO

FUNDOS DE INVESTIMENTO	SALDO CORRETO	SALDO COM LANÇAMENTO ERRADO
CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	15.101.959,20 + 5.007.011,26 = 20.108.970,46	15.101.959,20 + 5.007.011,53 = 20.108.970,73
CAIXA FI BRASIL IMA-B TIT PUB	102.635,97 + 1.201.063,29 = 1.303.699,26	102.635,97 + 1.201.063,29 = 1.303.699,26
CAIXA FI BRASIL IMA-B 5 TP RF	9.282.377,76	9.282.377,76
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A	9.679.279,31	9.679.279,31
CAIXA FI BRASIL 2020 ITP RH	2.697.650,00	2.697.650,00
CAIXA FI BRASIL 2030 I TP RF	2.039.290,50	2.039.290,50
BB APLIC. MESQUITAPREV	772.907,55	772.907,55

FIC NOVO BRASILIMA B	9.997.674,60	9.974.734,42
AZ LEGAN VALOR FI RF	2.502.960,92	2.458.841,19
INFINITY LOTUS FI RF	5.257.178,57	5.257.178,57
AZ QUEST SMALL MID CAPS	1.122.832,85	1.122.832,85
AZ LEGAN BRASIL OU CONSTANCIA LEGAN BRASIL	3.249.928,25	3.154.281,28
FIP LA SHOPPING CENTERS	2.552.748,86	2.552.748,86
INFINITY INSTITUTIONAL FIM	6.496.707,91	6.496.707,91
UM INVESTIMENTOS A MACRO	12.257.682,56	12.184.917,28
SUL BRASIL FIDC ABERTO	11.184.432,23	11.184.432,23
FIA CAIXA BRASIL IBOVESPA	2.403.942,00	2.403.942,00
FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDO	4.046.348,74	4.022.669,90
QUELUZ VALOR FI EM AÇÕES	903.553,00	903.553,00
GF SELEÇÃO FIA	0,00	2.719.135,24
AZ QUEST AÇÕES FIC FIA	2.183.653,43	2.227.773,16
AQUILA FUNDO DE INVESTIM	1.830.547,44	1.830.547,44
W7 FUNDO DE INVESTIMENTO	3.233.455,25	3.228.242,92
BRAZILIZN GRAVEYARD	2.774.193,16	2.774.193,16
CONSTANCIA FUNDAMENTO FI	2.255.296,60	2.255.296,60
TOTAL	120.137.311,21	122.636.203,12

Infelizmente o Técnico em Contabilidade, Sr. Eliel Fernandes da Silva fez uns lançamentos errados, deixou de fazer outros, que no final do exercício apresentou divergência de R\$ 2.498.891,91, quando confrontado balanço financeiro com o total dos investimentos extraídos do quadro – Modelo 11.

No mês de janeiro de 2019 foram feitos ajustes contábeis a fim de corrigir tais erros.

Ao ser convidada a assumir a contabilidade deste instituto em março de 2020, me deparei com o primeiro desafio, que foi o fechamento da contabilidade de 2019 e para entender o que foi feito em 2019, tive que começar minha análise por 2018, de forma que as receitas não contabilizadas e as despesas não baixadas no exercício de 2018 foram feitas as seguintes correções em janeiro de 2019:

- Liquidação e baixa das tarifas bancárias no valor total de R\$ 168,00;
- Baixa de consignados no valor total de R\$ 67.826,82;
- Registro dos repasse de contribuição previdenciária no valor total de R\$ 731.585,11;
- Registro do Termo de Ajustamento de Conduta no valor total de R\$ 2.560.061,88;
- Resgate do Fundo de Investimento GF Seleção FIA – Geração Futuro – ajuste feito em janeiro de 2019 e o fundo foi encerrado.

Portanto, verifica-se que os demonstrativos encaminhados pelo Sr. Leandro Machado Ferreira, Gestor do Instituto em 2020 **não espelham efetivamente os saldos em 31/12/2018**, pois conforme afirma, foram feitos diversos acertos (ajustes contábeis) ao longo de 2019 e 2020, evidenciando a emissão de **novo** demonstrativo contábil, após o encerramento do exercício em questão, em desacordo com a Resolução CFC nº 1330/11 a qual aprova a ITG 2000.

Cabe ainda destacar os seguintes pontos:

- ✓ O Relatório de Controle Interno (fls. 283-291) evidencia que as análises foram efetuadas com base nos demonstrativos contábeis inicialmente encaminhados (fls. 06-33) e não considerados na instrução inicial, tendo em vista que apresenta quadro resumo da execução orçamentária (fl. 285), baseada nos dados do Balanço Orçamentário e Financeiro de fls. 21-22.

-
- ✓ Os demonstrativos extraídos da prestação de Contas de Governo (fls. 180-194), que serviu de base para a análise inicial também não se encontram assinados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do MESQUITAPREV em 2018, embora assinados pelo Responsável pela Contabilidade em 31/12/2018 (Sr. Eliel Fernandes da Silva, CRC 119.241-O3 (vide ainda cadastros de fls. 224-225), e pelo Prefeito do Município.

Diante de tais fatos, entendemos que deva ser retomada a análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial das presentes contas, tendo por base os demonstrativos elencados às fls. 06-33, assinados pelo gestor do Instituto de Previdência em 2018 e pelo contador responsável à época.

Nada obstante, entendemos, S.M.J., que os Srs. Murilo Sanches Rodrigues, gestor do MESQUITAPREV durante todo o exercício de 2018 e o Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pela Contabilidade do Instituto de Previdência no exercício de 2018 e subscritor de ambos os demonstrativos, deverão ser questionados quanto à emissão de demonstrativos contábeis com dados divergentes, a saber, aqueles constantes às fls. 06-33, e aqueles apresentados na PCGOV 2018, anexados nos presentes autos em 16/07/2020 nominado *DEM CONTÁBEIS MESQUITA*, (fls. 180-194), sendo, ainda, estes responsáveis pelo controle dos dados contábeis do Instituto e consequente confecção dos referidos demonstrativos, questionamento que será efetuado na Proposta de Encaminhamento.

Feitas as considerações pertinentes, iremos **retomar à análise dos tópicos 04, 05 e 06**, conforme a seguir:

4 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	27.510.180,00
(B) Receita Arrecadada	31.951.762,74
(C) Superavit de Arrecadação (B-A)	4.441.582,74

Fonte: Balanço Orçamentário, fl. 21.

Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	21.641.498,95
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	4.117.888,69
(C) Economia Orçamentária (A-B)	17.523.610,26
(D) Despesa Liquidada	4.117.888,69
(E) Despesa Paga	3.740.013,40
(F) Restos a Pagar não processados (B-D)	0,00
(G) Restos a Pagar processados (D-E)	377.875,29

Fonte: Balanço Orçamentário, fl. 21.

A movimentação financeira decorrente da execução orçamentária se representa conforme quadro a seguir:

Tabela 3 - Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	31.951.762,74
(B) Despesa Empenhada	4.117.888,69
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
(D) Superavit (A-B) + C	27.833.874,05

Fonte: Balanços Orçamentário e Financeiro, fls. 21-22

Nota: o valor de R\$6.356.375,14 registrada a título de Transf. Financeiras Concedidas, refere-se a ajustes para perdas de investimentos e aplicações temporárias, conforme discorrido no tópico 5, razão pela qual não foi considerada na tabela acima.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
4.1	O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			21
4.2	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?		X		Tabela 2 22

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
4.2	Consta a inscrição em restos a pagar processados no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, divergente do apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29, na ordem de R\$16.409,07. Deverá ser objeto de questionamento na conclusão.

5 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 4 - Balanço Financeiro

Descrição	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior (A)	110.539.719,93
Receita Orçamentária	31.951.762,74
Transferência Financeira Recebida	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08
Despesa Orçamentária	4.117.888,69
Transferências Financeiras Concedidas	6.356.375,14
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22
Saldo para o Exercício Seguinte (B)	122.890.315,70
Resultado Financeiro do Exercício (B) - (A)	12.350.595,77

Fonte: Balanço Financeiro, fl. 22

Nota: constata-se o valor de R\$ 6.356.375,14, a título de transferências concedidas. Ao compulsarmos o Balanço Financeiro ajustado encaminhado em 2020, anexado às fls. 248/249 e o Balancete de fl. 230, verificamos que tal valor (ajustado para R\$7.708.928,22), refere-se a 'ajustes para perdas de investimentos e aplicações temporárias'. Portanto, a despeito do valor ajustado naquele Balanço Financeiro, o fato gerador foi o mesmo e foi analisado naquela instrução, onde se constatou o seguinte:

Todavia, o referido registro está em desacordo com o MCASP que prevê o registro no Balanço Patrimonial da conta "AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES" (reduzora de investimentos), com reflexos no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e não no Balanço Financeiro. Tal impropriedade deverá ser considerada na ocasião do julgamento das contas, haja vista que não cabe retificação de Balanço já encerrado, conforme Resolução CFC nº 1.179/2009.

Verifica-se outrossim, que o referido valor foi omitido na rubrica 1.1.4.9 constante do Balancete de 31/12/2018 de fl. 08, tendo sido ajustado no Balancete posteriormente encaminhado à fl. 230.

Portanto, deverá ser objeto de **IMPROPRIEDADE E DETERMINAÇÃO** o registro equivocado no Balanço Financeiro da conta "AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES" (*reduzora de investimentos*), bem como a omissão, no balancete de 2018 (fl. 08), do referido valor a débito.

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.1	O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			22
5.2	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64 c/c NBC TSP EC e NBC T 16.6 (R1) item 5?	X			22-23
5.3	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?		X		TCE-RJ n.º 227.279-1/18
5.4	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?		X		---
5.5	O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		---
5.6	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?		X		34/37 476-479 487-490

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.7	Havendo débitos e créditos originados em exercícios anteriores, em valores expressivos , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		X		34/37 476-479 487-490
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?		X		21-22
5.9	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?	X			31-32
5.10	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo Financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?		X		22

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
5.3	<p>O saldo do exercício anterior, no montante de R\$110.539.719,93 encontra-se divergente em R\$1.870.774,53 do registrado no BF 2017, R\$108.668.945,40.</p> <p>A nota explicativa de fl. 25-30 não faz qualquer comentário quanto a tal divergência.</p> <p>Deverá ser objeto de questionamento na conclusão.</p>

5.4 5.5 5.6 5.7	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras enviado <u>não possui o Quadro Principal</u> , em inobservância ao Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, <u>impossibilitando as análises das questões normativas pertinentes</u> . A referida IMPROPRIEDADE será novamente levada à conclusão, ressaltando que já foi objeto de questionamento.
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar Processados evidenciada no Balanço Financeiro de R\$47.610,40 encontra-se divergente do registrado no Anexo ao BO (fl. 21), de R\$48.127,00. Considerando a pequena divergência, na ordem de R\$516.60, consideramos que a referida impropriedade possa ser considerada como IMPROPRIEDADE/RESSALVA no julgamento das contas.
5.10	O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. Tal IMPROPRIEDADE será levada à conclusão.
OUTRAS QUESTÕES	<p>Vale ressaltar as inconsistências apurados na Nota Explicativa anexada às fls. 258/271, em 05/10/2020, pela Sr.^a Renata Reis, contadora do Instituto em 2020, registrando diversas inconsistências de 2018 nas contas CEF 5-6, CEF 17-0 e BB 5838-6, regularizadas naquele exercício (2020). Consta ainda informação, no Quadro de fls. 268-269, onde informa que, após correções, o saldo correto das disponibilidades em 31/12/2018 a ser evidenciado no Balanço Patrimonial, deveria ser de R\$120.137.311,21.</p> <p>Complementa, ainda, a Sr.^a Renata Reis que foram feitos ajustes em 2019, porém não há registro de movimentação na conta ajuste de exercícios anteriores na respectiva prestação de contas – Processo TCE-RJ n.º 225.341-3/2020 – balancete analítico – fl. 110</p> <p>Tal fato deverá ser objeto de IMPROPRIEDADE/RESSALVA no julgamento das contas.</p>

6 - DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 5 - Balanço Patrimonial

Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	209.928.835,21	Passivo Circulante	4.766.716,23
Ativo Não Circulante	0,00	Passivo Não Circulante	113.308.511,79
		Patrimônio Líquido	91.853.607,19
Total	209.928.835,21	Total	209.928.835,21

Ativo Financeiro	122.890.312,70	Passivo Financeiro	4.498.399,84
Ativo Permanente	87.038.522,51	Passivo Permanente	113.576.828,18
Saldo Patrimonial			91.853.607,19
Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)			118.391.912,86

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.23

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	57.034.141,29
Variações Patrimoniais Diminutivas	18.155.655,94
Resultado Patrimonial do Período (A)	38.878.485,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,78
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	242.582,25
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	91.931.761,38
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	91.931.761,38
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	91.853.607,19
Diferença (F)= (D)-(E)	78.154,19

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 23 DVP - fls.20 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA do exercício de 2017.

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	91.853.607,19
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	7.883,99
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	91.845.723,20
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	91.853.607,19
Diferença (E)= (C) - (D)	-7.883,99

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.23 - Anexo I do BO, fl. 21 e BF, fl. 22.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.1	O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			20 23
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?	X			20 23
6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP?		X		Tabela 6
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP?	X			75 proc. TCE-RJ n.º 227.279-1/18
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		75 proc. TCE-RJ n.º 227.279-1/18

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.6	O Saldo Patrimonial apurado está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP?		X		Tabela 7
6.7	Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?		X		23
6.8	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro?		X		23

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
6.3	Verificamos que a divergência decorre de não ter sido considerado, no cálculo do resultado acumulado do ex. anterior os 'ajustes de exercícios anteriores de 2017 ', no valor de R\$78.154,19 , em desacordo com o BP 2017 (fl. 75 do proc. TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC.2017). Deverá ser objeto de IMPROPRIEDADE/RESSALVA no julgamento das contas
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna "exercício anterior" de R\$52.810.693,76 (fl.23) não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18, resultando numa divergência na ordem de R\$56.010,99 . Entendemos que, ante o pequeno valor da divergência apurado, poderá tal falha ser objeto de IMPROPRIEDADE/RESSALVA no julgamento das contas

6.6	O Saldo Patrimonial apurado diverge do registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7 , evidenciada acima. A referida divergência de R\$7.883,99 é exatamente o saldo de RPNP em 31/12/2018 (conforme Anexo do BO fl. 21), portanto decorre do fato de não ter sido considerado no Passivo Financeiro o referido valor. Logo, tal divergência deverá ser objeto de IMPROPRIEDADE/RESSALVA no julgamento das contas.
6.7	Não foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$242.582,25 (fl.23). A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.8	Não foi encaminhado o referido Quadro, Anexo ao Balanço Patrimonial. Contudo, entendemos que tal falha possa ser objeto de IMPROPRIEDADE/RESALVA no julgamento das contas.

4 – OUTROS ASPECTOS

Neste ponto, considerando a nova análise efetuada dos demonstrativos contábeis, cuidamos pertinente destacarmos a situação das falhas apontadas nas instruções pretéritas passíveis de impropriedades/ressalvas no julgamento das contas e aquelas que ainda permanecem nesta nova análise, devendo ser levadas a conclusão:

Impropriedade apontada	Localização	Situação	Motivo da exclusão da impropriedade
impropriedades apontadas nas instruções anteriores a serem consideradas no julgamento			
Saldos zerados na coluna 'exercício anterior'	QN 5.1, fl. 205 da instrução de 11/08/2020	Não será mais considerada	Os Balanços que ora serviram para análise apresentam saldos coerentes com a PCA 2017 na coluna 'exercício anterior'
Baixa de RP no Balanço Financeiro divergente dos Anexos ao BO em R\$1.998,80	QN 5.8, fl. 206 da instrução de 11/08/2020	Mantida , conforme QN 5.8 do presente, contudo o valor da divergência passou para R\$516.60.	--
Registro equivocado da rubrica 'Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações" no BF	Fls. 370 da instrução de 04/11/2021	Mantida , apontada no tópico 5 da presente instrução	--
CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária expirado desde 24/01/2016, junto ao Ministério da Previdência Social	Fls. 384 da instrução de 04/11/2021	Mantida , pois a reanálise dos demonstrativos contábeis não se relaciona diretamente a este ponto.	--
impropriedades apontadas na conclusão da instrução de 04/11/2021 ratificadas no Voto de 09/01/2023			
Modelo 2 (Quadro Principal)	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Mantida , pois não foi encaminhado até o momento, sendo documento necessário para confirmação dos saldos contábeis.	--
Composição do valor registrado na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores"	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Mantida , conforme Questão Normativa 6.7 da presente instrução, sendo verificado novo valor para a rubrica.	--
Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11,	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Não será mais considerada.	O montante dos <u>investimentos</u> mantidos pelo RPPS apurado com base no modelo 11, de R\$120.137.311,21 (fls. 87/88), coaduna-se com o registrado no BP inicialmente encaminhado, objeto de análise (fl. 23)

Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Mantida , pois a reanálise dos demonstrativos contábeis não se relaciona diretamente a este ponto.	--
Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades constantes do Relatório do Controle Interno		Mantida , pois a reanálise dos demonstrativos contábeis não se relaciona diretamente a este ponto, e o Relatório às fls. 283-291, aponta impropriedades. Outrossim, o <u>Sr. Murilo Sanches Rodrigues permaneceu na gestão do Instituto até 2020, tempo suficiente para regularização das falhas apontadas.</u>	--
Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Mantida. Não foi encaminhado o Certificado, e o Relatório de fls. 283-291, embora emita parecer, não evidencia assinatura de Contabilista e, ainda, não consta do sítio do CF, registro do Sr. Nicola Fabiano Palmieri, Controlador que assinou o Relatório retrocitado.	--
Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito – <u>esclarecimentos</u>	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Não será mais considerada como questionamento na conclusão.	Não houve tal falha na análise do DDF de fls. 31-32
Inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial	Fls. 385-387 da instrução de	Reanalizados nas <u>Questões Normativas</u>	--

- esclarecimentos	04/11/2021	6.1 a 6.8, com base no BP e DVP de fls. 20 e 23. Impropriedades a serem consideradas no julgamento das contas, com exceção da Questão Normativa 6.7, levada a conclusão.	
Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório - <u>esclarecimentos</u>	Fls. 385-387 da instrução de 04/11/2021	Não será mais considerada como questionamento na conclusão.	Deverá ser apontado como RESSALVA/IMPROPRIEDADE no julgamento das contas o 'item M' do Relatório de fls. 341. O referido relatório data de 30/09/2020, portanto o responsável pelas contas em questão não teve ciência de tal ponto a contento, não sendo possível a este atestar a sua regularização.

Cabe salientar que grande parte das solicitações efetuadas, mormente no tocante aos documentos faltantes, **não foram atendidas pelo então gestor**. Considerando tal fato e o tempo decorrido, cuidamos deva ser este notificado para apresentar razões de defesa.

5 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

I - NOTIFICAÇÃO ao **Sr. Murilo Sanches Rodrigues**, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de **2018**, com fulcro no art. 15, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023), para que apresente razões de defesa, **juntando documentação comprobatória**, para os seguintes fatos:

1 – Quanto à emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em **31/12/2018**, divergentes referentes ao MESQUITAPREV, **dos quais destacamos os mais expressivos constantes dos principais demonstrativos utilizados para análise, conforme quadro a seguir**, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos:

QUADRO COMPARATIVO

	Balancos Orçamentários		Divergência R\$
	(Fls. 21) R\$	Fls. 180-194 (EXTRAÍDOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2018 - PROCESSO TCE n.º 210.128-7/19) R\$	
Receita arrecadada	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Realizada	4.117.888,69	6.508.232,61	2.390.343,92
Saldos de RP Não Processados	7.883,99	5.805,88	2.078,11
Saldo de RP Processados e Não Processados Liquidados	5.724,91	1.998,80	3.726,11

	Balancos Financeiros		
	Fls. 22 R\$	Fls. 180-194 R\$	
Receita Orçamentária	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Orçamentária	4.117.888,69	6.508.232,16	2.390.343,47
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08	2.890.368,35	1.285.942,73
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22	335.694,12	12.967.520,10
Transferências Financeiras Concedidas/Interferências Financeiras	6.356.375,14	7.630.084,63	1.273.709,49
Saldo para o Exercício Seguinte	122.890.315,70	125.753.471,24	2.863.155,54
	Balancos Patrimoniais		
	Fls. 23	Fls. 180-194 R\$	
PL	91.853.607,19	80.774.441,38	11.079.165,81
	Demonstrativos das Variações Patrimoniais		
	Fls. 20	Fls. 180-194 R\$	
Resultado Patrimonial do período	38.878.485,35	27.963.747,62	10.914.737,73

2 – Quanto à ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras elaborado em 2018 (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de **R\$122.890.315,70.**

3 - Quanto à divergência na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da presente instrução).

4 - Com relação à divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93 e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017 (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da presente instrução).

5 – Quanto ao fato de o Anexo 17, às fls. 31-32, registrar o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. (Questão Normativa 5.10 da presente instrução).

6 – No tocante à ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23.

7 – Quanto à ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

8 – em relação à ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

9 – Com relação à ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

II - NOTIFICAÇÃO aos **Sr. Eliel Fernandes da Silva**, responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV no exercício de 2018, com fulcro no art. 15, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que apresente razões de defesa, **juntando documentação comprobatória**, para os seguintes fatos:

1 – Quanto à emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em **31/12/2018**, divergentes referentes ao MESQUITAPREV, dos quais destacamos os mais expressivos constantes dos principais demonstrativos utilizados para análise, conforme quadro a seguir, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos:

QUADRO COMPARATIVO

	Balancos Orçamentários		Divergência R\$
	(Fls. 21) R\$	Fls. 180-194 (EXTRAÍDOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2018 - PROCESSO TCE n.º 210.128-7/19) R\$	
Receita arrecadada	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Realizada	4.117.888,69	6.508.232,16	2.390.343,47
Saldos de RP Não Processados	7.883,99	5.805,88	2.078,11
Saldo de RP Processados e Não Processados Liquidados	5.724,91	1.998,80	3.726,11
	Balancos Financeiros		
	Fls. 22 R\$	Fls. 180-194 R\$	
Receita Orçamentária	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Orçamentária	4.117.888,69	6.508.232,16	2.390.343,47
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08	2.890.368,35	1.285.942,73
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22	335.694,12	12.967.520,10
Transferências Financeiras Concedidas/Interferências Financeiras	6.356.375,14	7.630.084,63	1.273.709,49
Saldo para o Exercício Seguinte	122.890.315,70	125.753.471,24	2.863.155,54

	Balanços Patrimoniais		
	Fls. 23	Fls. 180-194 R\$	
PL	91.853.607,19	80.774.441,38	11.079.165,81
	Demonstrativos das Variações Patrimoniais		
	Fls. 20	Fls. 180-194 R\$	
Resultado Patrimonial do período	38.878.485,35	27.963.747,62	10.914.737,73

III – pela COMUNICAÇÃO ao atual gestor Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 125 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, para que tome CIÊNCIA dessa decisão e, no prazo a ser estipulado pelo Plenário, contados da data da solicitação protocolada pelos responsáveis, FRANQUEIE O ACESSO dos **Srs. Murilo Sanches Rodrigues e Eliel Fernandes da Silva** às documentações contábeis necessárias à comprovação dos elementos instados nos autos.

CAC-GESTÃO, 31/05/2023

CARLOS AUGUSTO DA SILVA BARBOSA
Assistente
Matrícula 02/003456

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 31/05/2023

MONICA MOREIRA SAMPAIO BARROS
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/003414

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.

SUB-CONTAS, 31/05/2023

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/004310